

NOS RASTROS DAS ESCRITURAS: CULTURA E MEMÓRIA NO REGISTRO DE COMPRA, VENDA E TROCA DE ESCRAVOS NO SUL DE MINAS GERAIS – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Daniel Camurça Correia*

Este artigo intenta compreender as tentativas de legitimação da venda dos escravos, em meio à análise das construções familiares cativas a revelia das escrituras de vendas, compras e/ou trocas de cativos do cartório da cidade de Silvianópolis – conhecida no século XIX por Santa Anna do Sapucahy.

Busca-se entender como as famílias negras resistiram e viveram em meio às tensas relações sociais, assim como discutir os processos de desagregação e/ou fortalecimento destas famílias, por meio das fontes bem como o diálogo recorrente da historiografia a respeito do papel das escrituras como instrumentos que permitem compreender as redes de sociabilidades evidenciadas.

A problemática do artigo diz respeito não só as compreensões em como estas famílias se organizaram, lutaram e resistiram, buscando seus iguais, entendendo também os significados simbólicos e materiais de suas uniões, assim como das separações forçadas. Se existe um peso dado à união, e na forma como estas uniões se constituíram, também é possível entender o peso da separação, principalmente pelo fato de serem familiares, gerações, amigos e apadrinhados que por décadas tentaram estabelecer seus marcos identitários.

O papel das escrituras era garantir a posse sobre o escravo, efetivando não só a venda, como também definindo o valor pago pela pessoa, assim como a confirmação de que o valor acertado fora pago de fato.

A escritura também era documento que comprovava o pagamento da Siza – 5% do valor dos escravos comercializados – tendo em vista, como afirma Chalhoub, que os colaboradores de escravos tinham meios de burlar os impostos imperiais (Chalhoub, 1990).

Estudar as redes familiares articuladas pelas negras famílias do sul de Minas Gerais exige leitura cuidadosa das fontes, não apenas para enumerar e catalogar quantidades de famílias, mulheres solteiras com ou sem filhos, mas necessariamente entender o que estes números revelam. Thompson, em *Costumes em comum* lança seu olhar sobre os registros oficiais relativos à produção de trigo do século XVIII, para entender, na Inglaterra os mecanismos de venda, compra e controle da produção deste, bem como de outros produtos (Thompson, 1998).

* Doutor em História Social pela PUC/SP. Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL/SP).

O historiador inglês chama atenção à relação entre a função do documento, quando produzido e aos mecanismos de análise engendrados pelos historiadores. Analisados como discursos, tentativas de efetivação de um efeito de verdade, Thompson entende os textos do século XVIII inglês como mecanismos e articulações de poder. As escrituras também são enunciados (Foucault, 1998, 23), nos quais são revelados intenções, desejos, tentativas de convencimentos, além de negociações de preços e “peças de escravos”.

Outra perspectiva que não pode ser abandonada é o trato do registro enquanto memória edificada, repleta de intenções e discursos. Enquanto discurso, as escrituras de compra, venda e troca de escravos representa a tentativa de senhores e vendedores obterem os melhores preços em suas negociações. Para que os acordos não fossem desfeitos, o resguardo dos documentos era fundamental. Daí, a relevância em resguardar as fontes em cartório.

Enquanto objeto da memória, as escrituras, em alguns momentos, serviram para efetivar intenções de setores políticos e intelectualizados – inclusive, atualmente – no qual se tenta estabelecer o ocultamento dos dados relativos a escravidão no sul de Minas Gerais. Da mesma forma, legitimar a ideia de que a escravidão não ocorreu, assim como lembrar a participação na comemoração da liberdade, concedida em 13 de maio de 1888, seja uma constante.

Por outro lado, a documentação é rica em informações relativas ao universo de homens, mulheres e crianças escravas, independente da vontade daqueles que produziram e guardaram as escrituras.

Independente da vontade de seus senhores, compradores ou mesmo dos dispositivos normativos da coletoria municipal, na trama da escritura vislumbra-se as artimanhas dos cativos, seja por meio das formas que se organizavam em família, pela descrição dos números de filhos, ou pais, vivos ou falecidos. A composição familiar se torna mais nítida, revelando também seus desejos e angústias. Conhecer a realidade familiar de cativos e forros representa, por meio da leitura multifacetada dos dados, a compreensão de significados das ações ali registradas.

No que diz respeito ao levantamento de dados cartoriais feitos para este texto, informações importantes foram encontradas para entender o sentido de família organizado e gerido, tanto pelos cativos, quanto pelos seus próprios senhores. Parte da pesquisa se deu no cartório da cidade de Silvianópolis, no qual foram encontradas caixas com escrituras de compra, venda e troca de escravos, no decorrer do século XIX.

As discussões que se seguem dizem respeito ao período de 1876-1880. Foram analisadas 36 escrituras de compra, venda ou troca de escravos, as quais davam conta de 50 escravos, divididos da seguinte maneira:

33 mulheres e 17 homens foram vendidos ou trocados. Ou seja, nas últimas décadas da escravidão do Brasil a preocupação maior era vender as cativas para os senhores, principalmente localizados nos interiores. A busca maior por mulheres se dava ao fato de serem encontradas em menor número nas fazendas, o que impossibilitava a constituição de famílias e a conseqüente reprodução de descendentes. Na perspectiva dos senhores, para que o plantel se perpetuasse, com o fim do tráfico, era necessário comprar, dentro da província, mulheres em condições de ter filhos.

Desta maneira, reporta-se ao interesse em comprar estas mulheres escravas. A final de contas existia o interesse em vendê-las, porque existia o interesse dos senhores em comprá-las. Na mesma medida em que circulava o discurso recorrente o qual afirmava que a elite produtora oitocentista via apenas a promiscuidade latente entre os escravos, nas senzalas, defendia-se também a necessidade dos senhores em possuir escravos nascidos em suas próprias terras. Como a grande maioria dos plantéis era constituída por maioria maciça de homens, os senhores se viam obrigados a adquirir mulheres para que nascessem mais crianças a cada ano.

Outra condição importante para os senhores era que muitas dessas mulheres foram vendidas com suas crianças – ainda ingênuas. Cuidar das crianças ficava oneroso, principalmente após a lei de 28 de setembro de 1871. Da mesma forma, a preocupação dos senhores era ainda muito mais com a sua produção. Para os senhores que compravam as mulheres com crianças, esta aquisição representava ganhos, tendo em vista que a presença da criança atestava a saúde destas mulheres – principalmente para gerar novas crianças, como também seria possuidor de dois escravos pelo preço de um.

Das mulheres, 10 eram menores de 18 anos; 30 eram solteiras; duas eram viúvas e uma nada constava sobre sua condição conjugal. As 10 jovens moças eram solteiras – algumas delas, inclusive menores de 12 anos. Chama a atenção o fato de que essas jovens, e, algumas mulheres maduras, não tinham contraído matrimônio.

Seja por seu próprio desinteresse ou pela não obrigatoriedade de seus senhores, elas simplesmente constituíram suas redes de sociabilidade fora das relações eclesiásticas. Nos documentos arrolados foram encontradas oito famílias em situação de venda, das quais seis das mães eram solteiras, revelando que estas mulheres não desejavam atender aos anseios de seus senhores. Por mais que os fazendeiros comprassem mulheres escravas para determinar

modelos de uniões, estas mulheres burlavam as intenções de seus senhores, relacionando-se com os homens que desejavam. O projeto de família proposto pelos senhores de escravos, na maioria das vezes, não se efetivava. De acordo com Eni de Mesquita Samara, em *A família brasileira*, a maioria das famílias era composta por mulheres solteiras, ou desacompanhadas oficialmente, de acordo com a igreja católica (Samara, 1986, 16).

Nas escrituras arroladas, apenas uma única mulher não tinha nenhuma referência sobre sua condição conjugal. Fato que chama a atenção exatamente pelo motivo de todas as outras mulheres ter esclarecido sua situação. Será muito difícil identificar o motivo da exclusão da informação. Seria esquecimento do escrivão? O senhor negou as informações, por desconhecimento? A própria escrava, no caso, Margarida, de mais ou menos 17 anos de idade, teria escondido este dado?¹

Entre as mulheres encontradas nas escrituras, suas profissões foram divididas em nove cozinheiras; sete no serviço doméstico; quatro sem profissão apresentada; duas tecelãs; três costureiras; sete mulheres nada constavam sobre seus misteres e uma não foi possível identificar se tinha ou não profissão declarada, pois o documento estava incompleto.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer os termos, “sem profissão” e “nada consta”. Quando o escrivão informava que os cativos não tinham profissão, ele mesmo escrevia. O que significa dizer que esta informação era passada pelo senhor. Quando não foi localizada nenhuma informação sobre o mister dos cativos, foi escrito na pesquisa o termo “nada consta”. Identificar estas diferenças é fundamental para não confundir a interpretação do historiador com as informações encontradas nos arrolamentos feitos.

Em segundo lugar, como estas mulheres eram responsáveis pelo cuidado de seus lares, assim como de seus filhos, realizavam diferentes tarefas. Seja prestando serviços domésticos, cozinhando, tecendo ou costurando, parte de seu tempo dedicavam-se as obrigações da casa de seus senhores, outra parte era dedicada ao trabalho de ganho, o qual gerava as condições necessárias para a sua sobrevivência e a de seus descendentes.

Outro motivo importante é, pelo que pode ser percebido em relação ao valor dos cativos no momento da negociação do preço, em relação ao conhecimento ou habilidade que o mesmo detinha. Primeiramente, foi localizada considerável oscilação no preço dos escravos.

Por exemplo, na troca entre o Major Feliciano José Teixeira e o Capitão Cyrino Marques Teixeira, ambos consideraram pertinentes que suas escravas tivessem o mesmo valor de 800\$000². Porém, Delfina, pertencente ao Major, tinha apenas 12 anos de idade; já Christina, pertencente ao Capitão, tinha 22 anos. Mas, chama a atenção o fato de ambas serem registradas como “sem profissão”. Ou seja, entende-se que o valor poderia ser o mesmo,

levando-se em consideração a diferença de idades e o fato de ambas não terem um trabalho oficialmente.

Porém, ao avaliar o caso da venda feita entre João Ferreira do Amaral e Antonio Joaquim da Fonseca, surge outra situação³. Ritta, uma jovem solteira de 15 anos de idade foi vendida, no mesmo mês por um valor bem mais baixo que Delfina e Christina. Ritta, para seu senhor, valia 600\$000, mesmo sendo registrada com a habilidade em costura. O ofício, então, por si só, não poderia ser o definidor do preço. Obviamente, era levada em consideração a condição do cativo como um todo: sexo, idade, doenças e lesões.

Condições externas ao corpo do escravo também eram consideradas, tais como condição conjugal, filhos – jovens ou ingênuos – impossibilidades no trabalho, como “indocilidade”, e, por fim, a negociação em si. Parte considerável das escrituras apresentou venda ou troca de cativos entre compadres ou familiares, o que significa dizer que a negociação perpassou pelas relações provincianas de compadrio, para não ofender a outra parte, e, o mais importante, concluir a venda ou troca. O valor dos escravos, então, era extremamente subjetivo.

Um dos primeiros historiadores preocupado com os estudos da escravidão no Brasil, interessado em articular um novo método de pesquisa, foi Sidney Chalhoub. Em suas diversas obras podem ser observadas tentativas bastante oportunas para pensar a escravidão, *grosso modo*, e, em cada região do país, dando as devidas especificidades.

Ao apresentar seu objeto de pesquisa, o autor de *Machado de Assis historiador* demonstra como a obra machadiana, que lhe é cara, tornou-se foco de observação e compreensão da sociedade do Rio, principalmente no que diz respeito à construção da escravidão brasileira e das táticas de resistência apresentadas em obra literária, não como descrição da realidade tal qual, mas como forma de problematizar e transformar em ficção sua percepção das relações de poder entre os senhores e escravos, apontando para a existência de táticas de resistências destes e para as formas de negociação possíveis (Chalhoub, 2003, 09-10).

Querendo ou não, segundo o autor, o peso das decisões do senhor/proprietário incide de formas diversas na vida dos moradores das fazendas. Esta manifestação de poder se dá tanto na vida como na morte, como é o caso da análise em *Helena*. Os principais documentos trabalhados pelo autor para entender esta lógica foram, além das obras de Machado de Assis, os inventários *post-mortem*, no qual problematiza as tensas relações de poder, entre senhores e escravos, na corte imperial.



O latente campo de tensão entre herdeiros, agregados e escravos demonstra como a vida da fazenda dependia das diversas vontades do leito de morte do senhor. Como afirma Chalhoub, *a priori*, eram os escravos que sofriam com estas disputas, pois para acertar as contas realizadas, geralmente famílias e/ou comunidades eram divididas em doações ou mesmo em vendas, para pagar dívidas. O que aponta para a instabilidade e incertezas de perspectivas de futuro por parte dos cativos (Chalhoub, 2003, 19-20).

Este era muitas vezes o caso dos cativos das escrituras arroladas. Maria era fruto de complicada doação, que gerou dois vendedores, Antonio Carlos Ribeiro e Gabriel José da Silveira, e um comprador, José Bernardino Pereira

Antonio Carlos Ribeiro de Andrade me foi dito que é senhor e possuidor com livre e geral administração e sem embaraço de partes da escrava Maria, preta, de vinte e nove annos de idade, solteira, cosinheira e domtia(sic) e seu filho Antonio, pardo de dose annos de idade, natural desta freguesia, sem profissão, que trocarão por doação que lhe faz seu sogro José Joaquim de Campos; e pelo outorgado Gabriel José da Silveira me foi dito que também é senhor e possuidor com livre e geral administração de duas partes nos mesmos escravos acima que houve por herança de seu finado sogro Domingos Francisco de Castro e compra do herdeiro Antonio Gomes Porto; cujas partes ambos os outorgantes venderão, exceptuada a parte pertencente ao herdeiro Domingos Francisco de Castro, como vendidos tem de hoje para sempre e sem constrangimento do outorgado José Bernardino Pereira, sendo o primeiro outorgante pelo preço de quinhentos e cincoenta mil reis e o segundo outorgante pelo preço de seiscentos e settenta mil reis, prefazendo tudo a quantia de um conto dusetos e vinte e cinco mil reis.⁴

Tentando entender as muitas partes na qual Maria foi dividida, o importante é que tinham muitos interessados e herdeiros em seu preço. Os valores acertados e pagos, não são mais importantes para este texto do que o fato de que ocorreu intensa discussão a respeito de quanto e quem receberia Maria e seu filho. Com uma criança em idade de aprender ofícios, Maria não estava sozinha, mas separada de seus pais e compadres, seria necessário estabelecer novas condutas e rearranjos sociais.

Na mesma medida, se apenas partes dos escravos foram vendidos, significa dizer que ela não foi para muito longe, permanecendo dentro da rede de sociabilidade de seus muitos senhores, o que quer dizer que também não se deslocou completamente de suas antigas redes familiares. Como problematiza Chalhoub, os desejos de seus senhores eram soberanos, mas isto não significa dizer que as relações de poder estavam dadas. Os escravos sabiam como se articular diante dos mandonismos senhoriais, principalmente quando não se separavam completamente de seus familiares e amigos.

Dos 17 homens encontrados nas escrituras de Silvianópolis, oito eram menores de 18 anos. 14 eram solteiros; três nada constavam sobre sua situação conjugal. Sobre seus misteres,



cinco eram sem profissão; três prestavam serviços domésticos; três lavradores; um tropeiro; um ferreiro e dois nada constavam sobre suas profissões. Das escrituras, nenhuma demonstrou registro de venda de homens casados. Na realidade mineira, o número de mulheres que constituíam famílias sem a dependência de seus companheiros era considerável.

A partir de ampla bibliografia catalogada por este historiador, principalmente de cunho inglês, Chalhoub apresentou perspectivas diversas em como manipular as fontes documentais, principalmente cartoriais. Em seus estudos, o historiador carioca observa a possibilidade em analisar detalhes na documentação, que, na verdade revelam facetas de cotidianos esquecidos e marginalizados. Mais do que isso, afirma Chalhoub, “são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos” (Chalhoub, 1990, 17).

Para entender a rede de conflitos e jogos de poder entre aqueles que viverem em tempos de escravidão, Sidney Chalhoub entende a necessidade em compreender o papel social escrito e vivido por aqueles que foram afogados em documentações e discursos jurídicos. Esta percepção da fonte só ocorre para o historiador interessado em rastrear os fatos. Pois, diferentemente do que acreditaram os historiadores tradicionalistas, é preciso rastrear e construir o passado, a partir da realidade vivida e dos interesses inerentes da disciplina da história (Chalhoub, 1990, 18).

Graças a esta intenção de leitura das fontes, Chalhoub se propôs a repensar a estrutura da escravidão sobre outra peculiaridade. Afirma o historiador que

Em outras palavras, o problema é reconhecer a presença da classe senhorial na forma como os escravos pensavam e organizavam seu mundo e, ao mesmo tempo, entender que os escravos instituíam seu próprio mundo mesmo sob a violência e as condições difíceis do cativeiro, sendo que a compreensão que tinham de sua situação não pode ser jamais reduzida às letras senhoriais de tal situação. Mais recentemente, vários historiadores perceberam que uma forma de analisar esta questão seria a investigação daquilo que os negros, assim como os proprietários e os governantes, tinham a dizer a respeito do significado da liberdade naqueles anos decisivos de crise da instituição de escravidão e de guerra civil. (Chalhoub, 1990, 26)

Assim, atualmente, estudar a escravidão em diferentes províncias brasileiras representa não mais entender o universo dos senhores, para depois entender a vida dos escravos. Da mesma forma, não significa analisar a vida do escravo, ou a escravidão por si só. Mas, se propor a entender as diversas manifestações negras, dentro ou fora da fazenda, construindo ou destruindo as imagens elaboradas por senhores de escravos, párocos ou demais sujeitos.

Agora, é a visão de mundo dos homens e mulheres negros que interessa ao historiador. Somente eles tinham uma visão do que entendiam e sentiam, diariamente, sobre o sentido da liberdade, a despeito de senhores e abolicionistas, ou mesmo nos processos de vendas e trocas. Isto significa dizer que fontes, como as escrituras de Silvanópolis, devem ser lida enquanto registros da memória, documentos que incidem sobre vários temas e assuntos – inclusive, sobre vida e cultura de famílias negras.

No que diz respeito aos estudos mais clássicos sobre a escravidão no Brasil, uma importante referência é *Ciro Flamarion Cardoso*. Em sua obra intitulada *A Afro-américa*, debate a escravidão na América, assim como os mecanismos econômicos que a engendravam, sempre limitando e tolhendo os cativos, impossibilitados de manifestarem-se de alguma forma, inclusive em processos de venda.

Em suas análises chama a atenção para a necessidade do historiador se propor em ouvir as vozes dos cativos, pois, pelo fato deles, em sua grande maioria não saberem ler nem escrever, poucos ou nenhum registros deixaram. Aos historiadores restavam as fontes oficiais, laicas ou seculares, as quais apresentavam indiretamente a figura dos cativos e libertos. *Cardoso* aponta também o papel de viajantes e observadores diversos que, a seus modos, descreveram suas impressões sobre a população local, em meio a escravidão dos negros da África, quebrando, então, com o domínio da fonte oficial, e por tabela, com a memória edificada e defendida por décadas, no decorrer do século XX (*Cardoso, 1984, 07*).

A contribuição de *Ciro Flamarion Cardoso* foi fundamental para a atenção que se voltou, naquele momento, para o escravo, e não para a economia colonial ou para a escravidão veiculada por Portugal. No que diz respeito à escravidão em Minas, *Cardoso* chama a atenção para alguns detalhes:

Nas minas constatava-se uma presença mais visível do estado, o caráter temporário das concessões levando à necessidade de explorá-las com rapidez e portanto à existência de incentivos à produtividade. Isto abria maior possibilidade para acumulação de um pecúlio pelo escravo, e por conseguinte facilitava a obtenção da alforria. (...) Os escravos urbanos gozavam, pela força das coisas, de maior liberdade de movimentos, numa sociedade mais variada que a rural, tendo acesso a atividades de muitos tipos – artesãos, carregadores, escravos de aluguel, vendedores, etc. –, o que em circunstâncias favoráveis facultava a acumulação de pecúlio e a compra da liberdade, além de as condições sociais urbanas abrirem maiores possibilidades aos libertos. Finalmente, os escravos domésticos eram até certo ponto privilegiados em comparação com os demais; em compensação, porém, estavam sob vigilância constante dos brancos, dos senhores: humildade, obediência e fidelidade poderiam abrir-lhes o caminho da alforria, mas qualquer infração os ameaçava com o envio para a roça, a venda para engenhos e minas. (*Cardoso, 1984, 27*)

A partir da citação acima, três peculiaridades precisam ser discutidas. A primeira diz respeito à presença do Estado mais visível, comparando-se a outras províncias do Brasil. De fato, as documentações de época revelam um Estado bastante interessado em saber o que está acontecendo nos cantos e recantos da província mineira, contudo a comparação com a situação de outras províncias foge com a proposta deste trabalho. Não é a toa que a maioria dos historiadores apresenta as estatísticas, censos e relatórios provinciais solicitados às comarcas com bastante periodicidade. Esta documentação pode ser encontrada no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Em segundo lugar, Cardoso afirma que a presença do Estado traz consigo um processo de urbanização não tão efervescente quanto às sedes das províncias, por outro lado, garante uma teia de articulações e sobrevivências. Os cativos ampliaram as possibilidades de usos do espaço e sociabilidades diversas puderam ser montadas e desmontadas. Ao realizarem trabalhos urbanos, como tecelagem, sapataria, serviços de ganhos e domésticos, os escravos se aproximavam da compra de suas alforrias, evitando assim a temida separação mediante a venda.

Vale ressaltar que o exercício do convívio com moradores e transeuntes das vilas e cidades permitiu também a convivência com sujeitos diversos. Para a manutenção e prolongamento das uniões – formais ou não – entre homens e mulheres fez com que o número de famílias com escravos, livres e forros fosse sempre uma constante.

Por fim, em terceiro lugar, diferentemente das fazendas, o trabalho doméstico era entendido como uma função de certo destaque. Segundo Cardoso, os escravos e escravas que realizavam trabalhos domésticos, não sofriam como no trabalho pesado da lavoura, ou nas minas.

É difícil dimensionar o trabalho doméstico, sendo mais brando ou não do que o trabalho na lavoura. Não deve ser fácil cuidar de uma casa, com ou sem senhora – repleta de crianças, cômodos e desejos a serem satisfeitos, independente da hora. Afinal de contas, tanto o trabalho das minas como o da lavoura, se encerrava ao entardecer, o que não acontecia na sede da propriedade.

De qualquer forma, é inegável que o trabalho doméstico oferecia o acesso a rua, a feira, a igreja e seus arredores que nenhum dos outros serviços da fazenda proporcionava. Com a plasticidade em realizar o trabalho da casa e, ao mesmo tempo, realizar atividades extras, seria possível em um futuro não muito distante conquistar a alforria, ou, pelo menos, evitar as escrituras de vendas. A questão, como menciona Cardoso, está na predileção dos senhores pelos trabalhadores domésticos. A mesma mão que oferecia gratidão e

reconhecimento pelo cuidado com a intimidade da sede, também poderia revogar a liberdade por qualquer insubordinação do cativo, perpetuando, assim, o paternalismo e a subserviência.

Keila Grinberg chama a atenção para dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a falta de atenção que o público, de modo geral, assim como os historiadores pouco se preocupou com os processos de reescravização. A autora discute a necessidade dos leitores das fontes dos séculos XVIII e XIX atentarem-se para o fato de libertos serem reescravizados por motivos diversos. Atentar para a escravização ilegal seria uma nova área de interesse dos historiadores que pesquisam temas ligados à escravidão.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de Grinberg encontrar processos de reescravização em Minas Gerais, o que indica ao fato de que isto pode ter ocorrido no sul de Minas. A autora alimenta a ideia de que é necessário ficar atento a história seriada, na qual a compilação dos dados em décadas permite encontrar a história de vida das populações negras do sul de Minas, de geração a geração, localizando paradeiros, assim como projetos bem ou mal sucedidos de constituição familiar (Grinberg, 2006, 103).

Dois aspectos importantes podem ser destacados no raciocínio da autora. Em primeiro lugar, o fato dos ex-escravos serem ameaçados de diferentes formas de perderem seus direitos a liberdade. Sejam através de métodos lícitos ou não, os senhores, muitas vezes, sentiam-se a vontade para reaverem seus escravos sempre que julgassem conveniente. Na mesma medida, a autora chama a atenção para os mecanismos elaborados pelos libertos para impedirem que seus antigos senhores tomassem tais atitudes.

A segunda peculiaridade das discussões da autora está na forma como os homens do direito viam e discutiam o assunto da escravidão e reescravização dos libertos. A partir de então, a revogação da alforria passou a ser um item importante na discussão sobre a libertação dos escravos, assim como sobre o direito adquirido (Grinberg, 2006, 104).

As maneiras de conviver, entre senhores e escravos, estimulou também o surgimento de mecanismos para segurar os cativos na propriedade. Na verdade, para entender a fixação do escravo nas terras do senhor, é preciso observar a trama das relações constituídas por estes sujeitos, seus embates, suas ações, e, principalmente, suas intenções e perspectivas de futuro.

O interessante neste momento é pensar na dinâmica das relações. Principalmente pelo fato de que em algumas propriedades, na medida em que os senhores negociavam as moradias diante de algumas exigências, nem sempre eram cumpridas a risca pelos cativos. Em outras circunstâncias, quando os cativos adquiriam bens, por exemplo, ou quando constituíam famílias, ou se tornavam detentores de um saber/fazer ligado ao seu ofício, geravam possíveis prejuízos ao senhor, se este não negociasse as condições de sobrevivência (Reis, 1989, 15).

Para garantir a manutenção da mão de obra escrava, assim como sua reprodução, era interessante para o senhor que os cativos tivessem as mínimas condições para criarem seus filhos. Daí a necessidade da terra para os cativos – principalmente casados.

Por outro lado, ao conquistarem a alforria de alguns membros da família – geralmente em primeiro lugar a da esposa – ou casando-se com um forro ou livre, o cativo questionava o tempo de permanência na propriedade do senhor. Rendido pelo conhecimento que o cativo detinha, o qual, ausentando-se, prejudicava a manutenção da casa ou da fazenda, o senhor se via obrigado a oferecer-lhe parte da terra.

Em ambos os casos, o senhor perdia a obrigação em garantir a sobrevivência dos cativos. Por outro lado, os cativos conquistavam mais espaços de sobrevivência, o senhor querendo ou não. Cardoso, ao estudar a brecha camponesa, alertava sobre o seguinte aspecto:

Àquilo que Sidney Mintz chamou de ‘protocampesinato escravo’. Em toda a Afro-América era costume conceder aos escravos parcelas de terra em usufruto e o tempo necessário para cultivá-las (em geral os domingos, os feriados religiosos e a tarde dos sábados, ou um sábado completo cada quinze dias). A finalidade deste uso era a diminuição das despesas de manutenção, além da prevenção das fugas. Recentemente, Antonio B. de Castro aventou a hipótese de ser esta ‘brecha camponesa’ no sistema escravista algo conseguido pelos próprios escravos, um fato nascido ‘do entrechoque de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pelas pequenas roças de mantimentos).(Cardoso, 1984, 45-6)

Pela inegável presença dos pequenos roçados, entende-se, então, que a despeito da bibliografia que marcou toda a segunda metade do século XX, afirmando categoricamente a exclusividade da agricultura monocultora e exportadora em terras brasileiras, existia um número considerável de pequenas e médias propriedades funcionando e abastecendo pequenas, médias e até grandes cidades.

As roças eram interessantes para forros e livres exatamente porque ali exercitavam um ofício que aprendiam com as gerações anteriores. Dali tirava o sustento de seus familiares, assim como ensinavam aos mais novos a arte de plantar, o conhecimento das ervas e o cuidado da saúde através das plantas medicinais.

Em uma esfera maior, o papel das pequenas plantações era abastecer as vilas e comarcas da redondeza. É claro que um roçado apenas não dava conta desta empreitada. Mas, ao ser multiplicado pelas diversas pequenas famílias escravas existentes na região, é possível vislumbrar a realidade da época.

Com a releitura dos estudos de Cardoso, diversos historiadores repensaram o sentido da escravidão, bem como da própria venda destes, principalmente no que diz respeito ao papel

dos compradores e latifundiários mineiros. Mary Karasch, brasilianista preocupada em entender a escravidão na corte imperial brasileira, observou as relações entre os portos e as montanhas, entre os vendedores de escravos e os grandes e médios fazendeiros de Minas Gerais.

Na obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, a autora observou, em primeira instância, que não eram poucos os traficantes mineiros que levavam os africanos recém-chegados para Minas, ou mesmo Mato Grosso. A maneira angolana, a caravana caminhava dias ou mesmo semanas para chegar ao seu destino (Karasch, 2000, 96).

Na saga da travessia das matas até as fazendas do interior mineiro, Karasch observou a forma como os cativos eram tratados. Na ótica dos traficantes, era necessário livrar-se rapidamente das peças. Muitos, no meio do caminho, apresentavam sinais de doenças, obrigando o traficante a vendê-lo rapidamente. Segundo Karasch

Outro problema que os escravos enfrentavam no comércio terrestre era que muitas vezes ficavam sob o controle de traficantes inescrupulosos, que os obrigavam a uma marcha forçada até as fazendas. No caso dos novos africanos, em particular, o objetivo do traficante era levá-los para o interior e vendê-los o mais rápido possível, pois estavam muitas vezes morrendo devido aos efeitos da travessia marítima. Autoridades, médicos e fazendeiros queixavam-se com frequência de traficantes gananciosos que levavam às pressas escravos para as fazendas, disfarçavam seu mau estado de saúde e os vendiam para clientes incautos; os africanos doentes e exaustos morriam pouco depois. Em outros casos, os escravos ficavam sob controle de aventureiros, como tropeiros e mascates, que trocavam suas antigas profissões pela de traficante de escravos. Em vez de comprar mulas ou tecidos e artigos de armarinho para vender nas áreas rurais, iam ao Valongo ou a casas de leilão, compravam escravos a crédito e organizavam pequenas caravanas. Tal como os que apreçoavam escravos de porta em porta, saíam para vendê-los de fazenda em fazenda. Assim que vendiam todos, retornavam ao Rio para pagar suas dívidas, obter novo crédito e repetir o processo. (Karasch, 2000, 96)

A relação entre vendedores de escravos e fazendeiros foi tensa, durante todo o século XIX, até a abolição. Era necessário que os pais, rapidamente, ensinassem seus filhos como adquirir escravos, sem serem enganados. Por outro lado, os traficantes precisavam criar mecanismos para evitar que os senhores descobrissem as enfermidades dos cativos africanos. Informações fundamentais reveladas nas escrituras de Santa Anna do Sapuchy, na qual eram descritas de forma bastante convincente que os escravos trocados ou vendidos não tinham doenças ou enfermidades que os impossibilitassem de executar tarefas.

Neste meio termo, os escravos, todo momento criavam formas de enganar a ambos, para garantirem a sua sobrevivência. Como não desejavam, sobre hipótese alguma, permanecerem junto aos traficantes, obrigados a marcharem ou ficar trancafiados dias a fio, apresentavam-se aos futuros senhores como no auge da forma física. Porém, se não desejavam

mais ficar junto àquele senhor, apresentavam sinais diversos de doenças, obrigando o fazendeiro a se livrar rapidamente do cativo, por meio da venda.

Em tempos de escravidão, como apresenta Karasch, era muito mais interessante ser vendedor de escravos do que mascate, em algumas circunstâncias. É claro que os escravos sabiam do seu valor. Sempre que podiam, cooptavam, enganavam e até mesmo manipulavam seus senhores.

Sem os estudos de Karasch, numa perspectiva mineira, não seria possível compreender o importante papel do sul, não somente no que diz respeito à aquisição de africanos, mas ao número de fazendas e cidades, que, ao adquirirem cativos, gerou uma comunidade negra considerável. Na década de 1990 surgiram estudiosos em Minas Gerais preocupados em entender como se processou o crescimento da província, em especial, o crescimento da região próxima a São Paulo.

Uma referência importante é Eduardo França Paiva, em *Escravidão e universo cultural na colônia*, o qual observou o papel das diferentes regiões de Minas, para a construção desta província. Paiva afirma que a documentação existente no Arquivo Público Mineiro; Arquivo do Museu do Ouro/Casa Borba Gato, em Sabará; e no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei são locais importantes para conhecer a realidade sulmineira. Não é a toa que o maior número de testamentos e inventários *post-mortem*, encontra-se nestes locais da memória (Paiva, 2001, 23).

Paiva acredita que a comarca do Rio das Mortes, sul de Minas, após a transferência da sede da colônia para São Sebastião do Rio de Janeiro (1763), ficou responsável em abastecer o mercado carioca com produtos agropecuários, não muito diferentes do que já ocorria, em menor grau, no século XVIII. Com a chegada da família imperial ao Rio, o comércio entre o sul de Minas e Rio de Janeiro intensificou-se cada vez mais (Paiva, 2001, 73).

O crescente contato entre a corte imperial e o sul de Minas fez com que a região ganhasse amplo crescimento e reconhecimento por parte da família imperial. Não é a toa que durante o século XIX, tanto o sul quanto a região da zona da mata mineira se destacaram pela ampla produção de café, abastecendo tanto o comércio nacional quanto internacional.

A relação estabelecida entre o sul de Minas e a corte também afetou na aquisição de escravos. Segundo Paiva,

No caso da Comarca do Rio das Mortes, na mesma capitania mineira, há uma inversão aparente. Os Mina representaram apenas 12% do total dos africanos com origem identificada. Ao contrário, foram muito mais numerosos os Angola (28%),



os Benguela (16%) e os Congo (8%), ente outras várias regiões. Contudo, nessa região mais próxima do porto do Rio de Janeiro, as atividades agrícolas e pecuárias, inclusive de exportação, tiveram importância muito mais acentuada que na comarca situada mais ao norte. (Paiva, 2002, 188)

Ou seja, em comparação com a comarca do Rio das Velhas, sede mineira, a predileção pelos escravos Mina foi bem menor. A intenção em garantir braços aptos para o tipo de trabalho também se fazia presente na região. A proximidade dos portos permitiu o investimento dos fazendeiros do sul de Minas a tipos diversos de escravos. Certamente, nos corações e mentes destes fazendeiros também era necessário evitar fugas e revoltas, para tal, miscigenar as diferentes etnias e dialetos também facilitaria o controle sobre homens e mulheres. Com todas estas diferenças, os africanos eram obrigados a falarem português, o que não acontecia o tempo inteiro.

Mesmo tendo conhecimento da realidade sul mineira, principalmente a partir das documentações oficiais, Paiva não teve acesso a documentação paroquial existente na região. Por isso que a história de homens e mulheres, negros ou mestiços, ainda está por ser analisada por historiadores. A abertura de caminho que Paiva oferece, por outro lado, permite compreender o universo cultural de negros chegados dos portos africanos.

Dos sujeitos pesquisados na comarca do Rio das Velhas por Paiva, chama à atenção a história de Manoel da Costa. Segundo Eduardo Paiva

Outro africano liberto, dessa vez identificada sua origem Mina no testamento, experimentou da mobilidade social mineira e acumulou certa fortuna a partir da extração do ouro. Manoel da Costa era morador no arraial do Paracatu, em 1776. Chegado escravo na região, com o passar do tempo, conseguiu comprar sua alforria, certamente com pecúlio adquirido por meio da mineração. Manoel permaneceu solteiro e não teve filhos. Como herdeira única, declarava sua irmã 'de pai e mãe', a forra Roza Pinto da Trindade. Pelo que declarava, o Mina conseguira, também, reconstruir parte da família africana na América portuguesa. Novamente, a mineração e o know-how africano parecem ter proporcionado oportunidades de ascensão a alguns escravos e ex-escravos. Mas Manoel não parece ter sido do tipo que se contenta com pouco. Além de tudo isso, possuía imóveis, 'umas lavras no morro parte de São Domingos do qual tenho título delas em meu poder' e, recriando a África na América, declarava possuir 'uma chácara na paragem chamada a Costa de Mina...'. O liberto Mina contava, ainda, com 11 escravos africanos empregados, principalmente, nos serviços de mineração. (Paiva, 2002, 201)

Diferentemente do que se pode imaginar, escravos africanos rapidamente puderam articular a história de seus dias. Alguns africanos foram audaciosos o suficiente para adquirirem bens, inclusive alcançando distinção entre seus pares. É óbvio também que as elites mineradoras da época não consideravam estas conquistas como benéficas a sociedade, tendo em vista o estereotipo da desconfiança e maldade depositadas na imagem dos africanos.

Pelo conhecimento de Manoel da Costa em minerar, conseguindo com certa velocidade acumular rendas, Paiva debate a historiografia tradicional, a qual insiste em associar o trabalho escravo – quando assume que é trabalho – com atraso técnico e material no Brasil. Paiva problematiza esta noção, chamando para a discussão o papel que a população africana teve no saber/fazer da mineração das *Geraes*. Da mesma forma, questiona o sentido da “indolência” e da “má vontade de trabalhar” dos cativos. Aos seus olhos, o autor prefere entender esta atuação como uma forma de resistir a opressão do senhor, do que “ignorância” ou “preguiça”. Os escravos, quando julgavam necessários, sabiam muito bem fingir-se de morto (Paiva & Anastasia, 2002, 201).

Antonio, nascido em Pernambuco nos idos de 1861, residia como escravo na propriedade de José Antonio Leal, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, prestando-lhe serviços domésticos. Por volta dos 17 anos de idade, Antonio Leal vendeu Antonio para José Procopio de Azevedo Junqueira, morador da freguesia de São Gonçalo⁵. Antonio foi um escravo que circulou bastante pela província mineira, e por parte do império. Era comum na época a aquisição de cativos oriundos do norte, principalmente após o fim do tráfico, em 1850.

Ainda jovem aprendeu um ofício que certamente lhe deu acessos, tendo em vista o fato de conviver porta adentro das casas de Antonio Leal e depois, Junqueira. Como não foi informada a condição conjugal de Antonio, imagina-se que seja solteiro, o que lhe permitia maior mobilidade pelos sertões imperiais.

No início de fevereiro de 1876, Delfina, uma garota de 12 anos de idade, foi trocada por Christina, uma mulher de 22 anos feitas⁶. Ambas não tinham profissão e eram oriundas da freguesia de Santa Anna do Sapucahy. Pelo valor de 800\$00, o Major Feliciano levou para sua propriedade a Christina, deixando Delfina nas mãos do Capitão Teixeira. Delfina e Christina eram solteiras, e segundo a escritura, não levaram familiares consigo o que não significa dizer que tiveram de deixar suas antigas alianças para trás.

Ambas estas mulheres tiveram de se adequar às novas estruturas senhoriais, articulando novas redes de sociabilidades. No caso de Delfina, por ser jovem, talvez mais peculiar, provavelmente teria de negociar suas habilidades e sobrevivência com os proprietários e trabalhadores da casa de seu senhor, sem saber ao certo o que encontraria. Ritta, diferentemente das duas mulheres acima, foi afastada de seu filho, Graciano, que por volta dos 20 anos de idade foi vendido para José Domingues da Silva⁷. Graciano era lavrador, solteiro e provavelmente não tinha filhos.

Raramente a documentação, principalmente sobre cativos no Brasil, apresenta os pais das crianças. Seja pela itinerância destes homens, seja por causa da ilegitimidade das crianças, ou pela venda ou morte dos cativos, simplesmente não existia preocupação em determinar a origem paterna. Os filhos eram das mães. Principalmente porque senhores e escravos questionavam a veracidade da paternidade, colocando em situação vexatória a mãe da criança. Para evitar desentendimento, os senhores preferiam identificar as mães.

Para os senhores, esta mecânica tornaria mais fácil a venda e troca de cativos, sem ter de se preocupar com a extensão da família e sujeitos envolvidos. Da mesma forma, este estereótipo ajuda a consolidar a imagem de “não família”, destas mulheres e suas crianças. Ou seja, a perspectiva de família não perpassava exatamente pela cabeça dos senhores, tendo em vista o fato que não queriam ver estas uniões como estáveis pela simples ausência da figura masculina. É a confirmação do machismo oitocentista que também define a lógica de comportamento de senhores escravocratas.

A partir da obra de Machado de Assis, Chalhoub discute a lógica complexa e contraditória da política conservadora, machista e paternalista da época. Helena, ao atuar na trama, ora reserva-se de comentários, ora desvia-se das cobranças senhoriais. Mas, nunca se rende a elas. Independentemente de como atue na sociedade, a moça, a todo o momento, questiona a política de domínio, através da apresentação constante de seus antagonismos ao Estácio (Chalhoub, 2003, 45).

Helena, assim como os negros e escravos do século XIX, está no meio do vórtice. Ou seja, sentem intensamente na pele, diariamente, a constituição e desenredar-se cotidiano da lógica senhorial. Por outro lado, não é porque transitam nesse meio que estão sujeitos a ela. Helena, assim como a população que não desejou ser vítima das vontades e desejos de seus senhores, atuaram constantemente. Ambos, com suas leituras, souberam muito bem decodificar os códigos e utilizarem-nos a seu favor (Chalhoub, 2003, 46).

Ora, realizando uma transformação que seria benéfica aos senhores, era irrelevante saber se os negros eram ou não escravos. O importante era que estes homens e mulheres mantivessem boas relações paternalistas. A mudança só se dava, de fato, no papel. Mas, a tradição das relações se perpetuaria (Chalhoub, 2003, 51).

O autor chama a atenção para a superação na construção narrativa de Machado de Assis do discurso do paternalismo. Ou seja, a proposta é levar os sujeitos ditos marginalizados diretamente para o nível da ação, principalmente a partir do momento em que compreende homens e mulheres comuns como constituintes do discurso político. O território do diálogo permite que o paternalismo seja compreendido muito mais como tentativas dos senhores, do

que exatamente ações concretas. Era através do descaso, da piada, das ações de burla que os comuns atuavam, se utilizando ou não das relações de compadrio quando julgavam conveniente (Chalhoub, 2003, 61-2).

Ou seja, para Chalhoub, pensar nas relações paternalistas, ou especificamente nas relações entre dominadores e dependentes, significa compreender o papel prescrito pelos comuns, para se organizarem de tal forma diante de seus senhores, que os convencem que o que fazem são suas vontades e não aquilo que são induzidos a fazer. A capacidade de jogar e induzir seus senhores, por parte dos homens comuns – ou, no caso, os escravos, permitem compreender o território do diálogo, assim como o benefício que estes homens comuns conseguiam diante do ar de autoridade, mas também de falta de compreensão da realidade de seus senhores (Chalhoub, 2003, 63).

A maneira como os interesses privados de industriais e fazendeiros interferiam na dinâmica do poder público explicava porque a escravidão demorou a ser finalizada. A compreensão das relações paternalistas, para Chalhoub, vai além do entendimento da política de favores, mas da própria compreensão de que a política fora montada para funcionar a partir da lógica do favoritismo (Chalhoub, 2003, 163-7).

De modo algum a elite política e econômica dos centros urbanos não desejava ver o número de trabalhadores ex-escravos, em grande número, nas principais ruas, organizando-se sem a fiscalização paternal de um senhor. Para que isso não ocorresse, tentaram organizar um processo de libertação o qual os trabalhadores tivessem que ainda depender da estrutura de governo. Para tanto, era necessário garantir que a maioria dos trabalhadores negros estivesse dependente das fazendas, garantindo a produtividade da lavoura.

Essas ações fizeram com que a dinâmica das relações constituídas pelos cativos ultrapassasse os limites das propriedades. Muitos homens e mulheres, ao circularem pelas ruas, vendas e becos das vilas estabeleciam na região suas redes de afetos e desafetos, constituindo suas famílias para além do alcance de seus senhores, dificultando inclusive localizar os pais das crianças vendidas.

Nos arrolamentos realizados foram encontradas as paternidades de algumas crianças. Como foi o caso de Eva, filha de Vicente⁸, a qual era cozinheira, e por volta dos 39 anos, na segunda quinzena de abril de 1877, foi vendida para Manoel de Souza Barros⁹.

João, de 25 anos de idade, tropeiro, nascido na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, pertencia a Manoel de Souza Boeno. Em fins de outubro de 1877 foi vendido para Francisco de Assis Pinto de Andrade, pela quantia de 1:900\$00¹⁰. João, diferentemente do que se imagina sobre a realidade dos cativos sulmineiros, tinha um trabalho que permitia que

viajasse pelas províncias de Minas e São Paulo. Nem todos os cativos permaneciam exclusivamente nas fazendas ou cidades. Provavelmente Pinto de Andrade precisou de alguém que tivesse conhecimentos e/ou habilidade no trato da viagem pelas províncias.

Maria, solteira, cozinheira, com 17 anos de idade, por volta de 1865, teve Antonio. Quando a criança completou 12 anos, mãe e filho foram vendidos para José Bernardino Pereira, já citados anteriormente¹¹. Maria e Antonio teriam de deixar as antigas redes de sociabilidades construídas na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, para fazerem outras, agora em São Gonçalo.

Maria, no ano de 1861, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, teve Ritta, que, aos 15 anos de idade, foi vendida pelo seu senhor para Antonio Joaquim da Fonseca¹², pelo valor de 600\$000. Ritta teve de se despedir de sua mãe, pois agora seria uma das costureiras da casa de Fonseca.

A análise dos documentos cartoriais implica, muitas vezes, em compreender a situação de rompimento das famílias cativas existentes no sul de Minas Gerais. Ritta sofreu a mesma condição que muitos homens e mulheres que passaram pelo processo de venda inter e intraprovincial. Apesar de encontrar 8 famílias vendidas juntas, o que daria a entender que os senhores nem sempre separavam os escravos, no ato da venda, foram também localizados 17 rompimentos familiares de escravos separados de seus pais. Isto sem levar em consideração a rede de sociabilidade construída pelo cativo na fazenda de seu ex senhor.

Ramiro e Romana, escravos pertencentes a Messias Pereira de Mello Braga, tiveram uma filha, por volta de 1866, na freguesia de Santo Antonio do Machado. Mais ou menos com 10 anos de idade, Margarida foi vendida para Antonio Soares Cyrano¹³. Sem constar profissão, Margarida teria de aprender afazeres, provavelmente domésticos, para o seu novo senhor. Separada de seus pais, teria de aprender a lidar com a nova realidade. Esta era a situação de muitos jovens, que, geralmente com menos de 12 anos de idade foram vendidos, obrigando a desprender-se das redes de sociabilidade ainda em sua fase inicial.

Uma das dificuldades em elaborar uma compreensão mais clara dos significados da vida e do trabalho dos escravos do sulmineiro é que a documentação faz constante jogo de esconde esconde. Muitas vezes a falta de informação dificulta o arrolamento dos dados. No caso de Graciano¹⁴, foi apenas identificado que era natural de Minas Gerais. Identificar a freguesia da qual era proveniente ajudaria a observar os mecanismos de funcionamento do tráfico dentro da província mineira.

Maria, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1864, teve Joana. Por volta dos 14 anos, Joana foi separada de sua mãe, e vendida para o Capitão Teixeira¹⁵. A

jovem foi registrada como solteira e sem profissão. Se não ocorreu ocultamento de informações, Joana era uma jovem depende de sua mãe, para ensinar-lhe um ofício. O que provavelmente só ocorreu na propriedade do Capitão Teixeira.

Antonio e Ignacia, escravos de Dona Mariana Luiza de Carvalho e moradores da freguesia de Santa Anna do Sapucahy, tiveram uma filha de nome Possidonia, em 1866. Mais ou menos com 12 anos de idade Possidonia foi vendida para José Evaristo Tavares Paes¹⁶.

Marcellina, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, teve em 1863, Luiza. Após aprender os serviços domésticos, quando tinha por volta dos 16 anos, Luiza foi vendida para Aleixo Francisco Mendes¹⁷.

José e Maria, na freguesia de Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1829, tiveram uma filha, Ritta. Com o passar do tempo, e provavelmente sobre a orientação de seus familiares, Ritta aprendeu os serviços domésticos, os quais colocou em prática na casa de Margarida Francisca Brandina, mãe de Joaquim Ferreira da Fonseca. Aos 48 anos de idade, mais ou menos, Ritta foi vendida para José Ignácio de Alvarenga Maia¹⁸.

José e Maria, após contraírem matrimônio, tiveram uma filha chamada Fortunata, em Santa Anna do Sapucahy, no ano de 1837. Fortunata se tornou cozinheira, e aos 40 anos de idade foi vendida para Francisco Ignácio de Alvarenga Sobrinho¹⁹.

É interessante observar que pouco se diz na historiografia de famílias que perduraram décadas, como é o caso destas mulheres que foram separadas de seus pais após anos de convívio. Ou seja, essas famílias conseguiram lutar para se manterem unidas por anos a fio, a despeito de seus trabalhos e de seus senhores.

Com a vontade em pensar um novo método de compreensão da realidade dos escravos no Rio de Janeiro, Chalhoub também estabeleceu novos conceitos para entender o mundo dos negros e mestiços, nas fazendas ou na cidade. Uma das categorias mais importantes, elaborada pelo autor, é a de solidariedade. Nos rastros dos laços de solidariedade elaborados pelos cativos, foi possível rastrear o sentido de suas ações. Afirma o historiador que

Seja qual for o sentimento de solidariedade que esses escravos tenham experimentado entre si, o fato é que reagiram a uma situação na qual não lhes fora deixado qualquer espaço de manobra. (...) era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda. Essas pressões ou negociações poderiam ter formas e intensidades diferentes dependendo de cada situação específica. É provável, contudo, que tal espaço de manobra fosse reduzido quase à nulidade quando o senhor encarregava um comerciante de escravos de realizar a venda. (Chalhoub, 1990, 32)

Cecilia, por volta de 1842 teve Cassiana. Durante décadas mãe e filha viveram juntas, aonde Cassiana aprendera a cozinhar, prestando, então, serviços na cozinha da casa da família Beraldo. Em 1861, Cassiana teve seu primeiro filho, Sebastião. No ano seguinte nasceu Isabel. Por volta de 1862 nasceu Margarida. Josepha, a quarta filha de Cassiana nascera em 1868. Quando Cassiana completou 38 anos, mais ou menos, João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho vendeu para seus familiares suas partes herdadas da família de Cassiana. Foi João Gualberto de Alvarenga Lopes o comprador, pagando pelas partes, no total, 800\$00²⁰. Quase 20 anos de convívio de pelos menos 3 gerações de uma mesma família foram separadas.

De fato, nas escrituras de compra e venda de cativos, ganha visibilidade a venda de crianças, geralmente acompanhadas de suas mães. A presença dos pais, por uma série de fatores, é sempre atomizada. Mas, que fatores seriam estes?

Eurípedes Antonio Funes chama atenção para um aspecto ainda pouco estudado e entendido entre os cativos: as sucessões de gerações existentes nos plantéis. Não se devem fechar os olhos para as formas de articular às famílias (Funes, 1996, 471). Sendo consequência disto as diversas gerações. Na escritura de venda de Cassiana e seus filhos, é possível encontrar a história de três gerações de mulheres que estavam dispostas a lutar pela formação de suas famílias, querendo ou não seus senhores.

Outro aspecto importante, destacado pelo autor, são as conquistas dos cativos, no momento que constituem famílias. Funes é enfático na maneira como entende a construção da resistência cativa. Entende que a constituição familiar é o primeiro recurso para garantir formas de sobrevivência na estrutura escravocrata.

O autor propõe que de forma alguma se entenda as ações dos cativos, como exclusivamente individualizadas. Assim, como também não se pode imaginar que todos os homens e mulheres só se articulavam dentro de grupos determinados. Na verdade, para aqueles escravos que desejavam organizar famílias, existiam caminhos a serem seguidos e articulados (Funes, 1996, 477).

Seja para fugirem, ou articularem locais de moradia, para aqueles que desejavam constituir família era necessário levar em consideração às dificuldades de carregar crianças, trabalhar para o próprio sustento e ainda vender seu trabalho e produtos nas cidades.

Ou seja, não é fácil dimensionar o peso da separação, mas como foi apresentado é uma medida recorrente na cabeça dos cativos e de seus familiares. Pensar as diversas condições dos escravos em meio aos processos de vendas e trocas implica em entender suas histórias de vidas, as formas como eram vistos e entendidos pelos seus senhores, como

instrumentos de barganha. Porém, salta aos olhos as formas como organizaram e negociaram para permanecerem juntos de seus familiares. Lutaram, hora perdendo, hora ganhando.

Na análise das fontes, duas prerrogativas ganham destaque: em primeiro lugar, a separação entre os adultos, que se demonstrou bastante recorrente nas escrituras. A obrigatoriedade do distanciamento de homens e mulheres de seus velhos pais, os quais ficaram para trás, com as antigas e sedimentadas redes de sociabilidades.

Em segundo lugar, os jovens, obrigados, muitas vezes, a se aventurarem em novos campos de tensão, estabelecidos pelos novos senhores, no qual é observado o sentido recorrente da família analisada pela atual historiografia, na qual existem as separações ou não de mães e suas jovens crianças.

Em terceiro lugar, problematizar os ocultamentos da memória, edificados por aqueles que intentaram sobre as formas de ver o passado escravocrata sulmineiro. Pelos registros apresentados é perceptível as ações diárias daqueles que viveram suas práticas culturais, a despeito de seus senhores, dos processos de venda ou da forma como seus dias foram registrados e/ou esquecidos.

Referências

- CARDOSO, C. F. S. **A afro-américa**: a escravidão no novo mundo. 2ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é história, nº44)
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FUNES, E. A. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas*. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Pp. 467-98.
- GRINBERG, K. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*. In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. **Direitos e justiça no Brasil**: Ensaio de história social. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, Pp. 101-28.
- KARASCH, M. **A Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PAIVA, E. F. *Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo*. In: PAIVA, E. F.; ANASTASIA, C. M. J. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e

formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002, P. 187-208.

PAIVA, E. F. **Escravidão e universo cultural na colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PAIVA, E. F.; ANASTASIA, C. M. J. **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

REIS, J. J. *Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia*. In: REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp.13-21.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (orgs.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMARA, E. de M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Notas

¹ Escritura de venda dos escravos Cassiana, Isabel, Sebastião, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

² Escritura de troca das escravas Delfina pela Christina. Outorgante Major Feliciano José Teixeira e Outorgado Capitão Marques Teixeira. 09 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

³ Escritura de venda da escrava Ritta. Outorgante João Ferreira do Amaral e Outorgado Antonio Joaquim da Fonseca. 15 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

⁴ Escritura de compra e venda dos escravos Maria e Antonio. Outorgante Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Gabriel José da Silveira e Outorgado José Bernardino Pereira. 1º de setembro de 1877.

⁵ Escritura de venda do escravo Antonio. Outorgante José Antonio Leal e Outorgado José Procopio de Asevedo Junqueira. 12 de junho de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

⁶ Escritura de troca das escravas Delfina pela Christina. Outorgante Major Feliciano José Teixeira e Outorgado Capitão Marques Teixeira. 09 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

⁷ Escritura de venda do escravo Graciano. Outorgante José Custódio Braga e Outorgado José Domingues da Silva. 05 de maio de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

⁸ O nome da mãe de Eva estava ilegível na documentação.

⁹ Escritura de venda da escrava Eva. Outorgante Francisco Antonio Leal e Outorgado Manoel de Souza Barros. 18 de abril de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁰ Escritura de venda do escravo João. Outorgante Manoel de Souza Boeno e Outorgado Francisco de Assis Pinto de Andrade. 22 de outubro de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹¹ Escritura de compra e venda dos escravos Maria e Antonio. Outorgante Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Gabriel José da Silveira e Outorgado José Bernardino Pereira. 1º de setembro de 1877.

¹² Escritura de venda da escrava Ritta. Outorgante João Ferreira do Amaral e Outorgado Antonio Joaquim da Fonseca. 15 de fevereiro de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹³ Escritura de venda da escrava Margarida. Outorgante Messias Pereira de Mello Braga e Outorgado Antonio Soares Cyrano. 1º de abril de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁴ Escritura de venda do escravo Graciano. Outorgante José Custódio Braga e Outorgado José Domingues da Silva. 05 de maio de 1876, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁵ Escritura de venda da escrava Joana. Outorgante João de Dias Pereira e Outorgado Capitão Cyrino Marques Teixeira. 27 de maio de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁶ Escritura de venda da escrava Possidonia. Outorgante Dona Mariana Luiza de Carvalho e Outorgado José Evaristo Tavares Paes. 12 de outubro de 1878, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁷ Escritura de venda da escrava Luiza. Outorgante João Antonio de Paiva e Outorgado Aleixo Francisco Mendes. 11 de janeiro de 1879, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁸ Escritura de venda da escrava Ritta. Outorgante Joaquim Ferreira da Fonseca e Outorgado José Ignácio de Alvarenga Maia. 11 de junho de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

¹⁹ Escritura de venda da escrava Fortunata. Outorgante José Joaquim Barroso e Outorgado Francisco Ignácio de Alvarenga Sobrinho. 1º de setembro de 1877, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.

²⁰ Escritura de venda dos escravos Cassiana, Sebastião, Isabel, Margarida e Josepha. Outorgante João Chrisostomo Corrêa Beraldo Filho e Outorgado João Gualberto de Alvarenga Lopes. 30 de janeiro de 1880, Arquivo do Cartório da Cidade de Silvianópolis – ACCS.